

2ª quinzena de dezembro de 1998

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

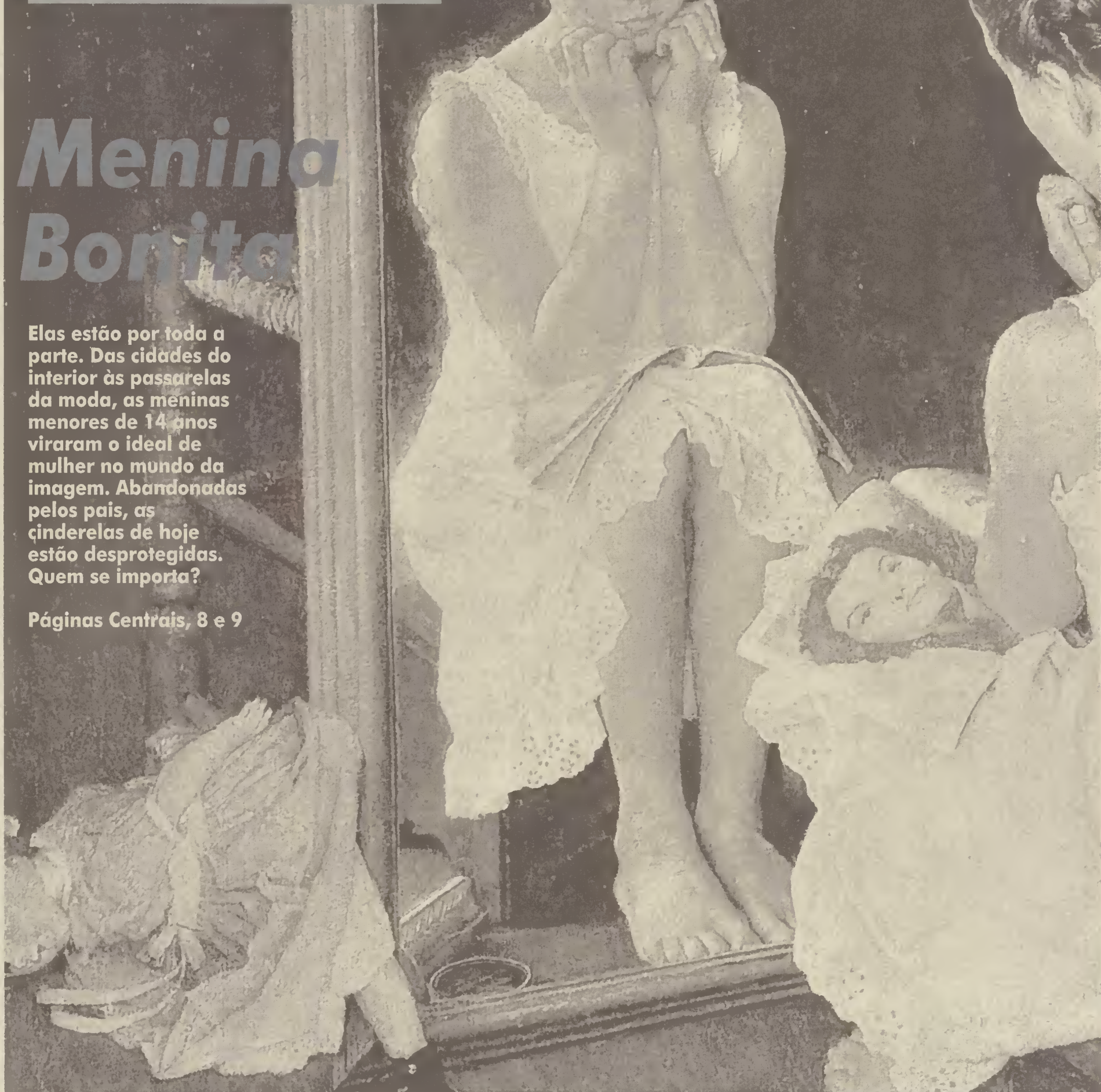
nº 40

Reprodução Norman Rockwell

Menina Bonita

Elas estão por toda a parte. Das cidades do interior às passarelas da moda, as meninas menores de 14 anos viraram o ideal de mulher no mundo da imagem. Abandonadas pelos pais, as cinderelas de hoje estão desprotegidas. Quem se importa?

Páginas Centrais, 8 e 9



A reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, é crítica ao Exame Nacional de Cursos

—o “Provão”— cujos resultados causaram tanta controvérsia nas universidades do país. O exame serve mais para o MEC elaborar um “ranking” de instituições do que para aferir a real capacidade e o potencial de cada uma das universidades que participaram das provas

Página 12

Gilmar Fraga



Os desafios e a luta necessária

Na recente posse dos representantes e da Diretoria eleita da Adufrgs, o tema da greve do último semestre foi retomado nos vários pronunciamentos com um enfoque diferente daquele das assembléias ou dos debates que marcaram as eleições da seção sindical. O que esteve em pauta não foram os erros e acertos na condução do movimento ou os resultados polêmicos materializados através da GED. Com o distanciamento produzido pelos últimos cinco meses, podemos vislumbrar que o impacto da greve se projeta para o próximo período como momento de afirmação das universidades federais a partir da mobilização da comunidade universitária.

Os problemas que nos levaram à greve não estão resolvidos, nem mesmo o salarial, com a introdução de novas precariedades, disparidades e distorções cuja superação exigirá uma negociação global sobre a carreira. Os problemas da falta de verbas foram agravados e o anúncio recente do Ministro Paulo Renato sobre a atuação dos bolsistas da Capes nos cursos de graduação é mais um indicador da disposição do governo de não preenchimento das vagas abertas com as aposentadorias e exonerações.

Entretanto, a greve permitiu que a Universidade fosse objeto de debate na sociedade para além da comunidade universitária e no contraponto ao discurso oficial que reduz e rebaixa o papel das instituições de ensino superior. Permitiu que alargássemos a discussão sobre a crise e as perspectivas para o próximo período e tomássemos consciência da dimensão dos embates que teremos, no enfrentamento entre o projeto de autonomia universitária defendido pelo movimento docente e a fragmentação implicada nas diferentes ações e propostas do governo.

O debate reavivado pela greve se prolongou em espaços organizados de discussão, como o Seminário "Ufrgs – Século XXI – Compromissos e Ações", cujos resultados são abordados nesta edição. O Seminário revelou, mais uma vez, a disponibilidade de um grande número de professores, alunos e funcionários para a formulação de estratégias de melhoria e avanço do

ensino, da pesquisa e da extensão. Ao mesmo tempo, revelou a necessidade de um debate que envolva o conjunto da comunidade universitária, em conexão com diversos setores da sociedade, para a definição dos rumos fundamentais de defesa e a construção das universidades públicas.

Nesta última edição do ADVERSO em 1998, queremos propor para 1999 a articulação de um fórum onde se realize esse debate, onde possamos não só renovar os acordos em torno do que já foi conquistado, mas também confrontar as diferentes visões sobre os caminhos que devemos percorrer e a universidade que queremos construir. Queremos propor a realização de um congresso universitário, onde possamos discutir e aprovar teses que orientem nossa luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade e que permitam que a sociedade, no plano local e nacional, possa com mais clareza tomar para si a defesa da instituição como elemento indispensável à construção da democracia e da soberania do país.

No fechamento desta edição, ainda é objeto de disputa judicial o pagamento integral dos vencimentos no mês de dezembro. A formulação de uma proposta para os professores de Primeiro e Segundo Graus, relativa à carreira, será objeto de discussão nacional em janeiro. As discussões e resoluções sobre a autonomia universitária, a carreira e a articulação do movimento docente com os demais movimentos sociais serão desenvolvidas no XVIII Congresso da Andes, em Fortaleza, de 25 de fevereiro a 2 de março. Até o dia 20 de janeiro, deveremos realizar Assembléia Geral da Adufrgs para discussão das teses e eleição de delegados.

Com o semestre letivo em curso e tantas tarefas no curto prazo, é difícil pensar nas festas de final de ano como mais que brevíssimos momentos de descanso. Encerramos o ano, contudo, com o ânimo de quem encara os problemas vividos como desafios e a dignidade de quem não deixou de travar a luta necessária.

Boas Festas!

OBSERVATÓRIO

Autoritarismo na UFRJ

O reitor da UFRJ, José Henrique Vilhena, utilizou parecer do Conselho Nacional de Educação para fechar o Conselho Universitário, colegiado máximo da instituição. Atropelando o estatuto da UFRJ, Vilhena nomeou uma "comissão" para propor alterações estatutárias para a universidade. De acordo com a Associação dos Docentes (Adufrj), "nem na ditadura a universidade foi vítima de tanto autoritarismo". Para o sindicato dos funcionários técnicos-administrativos (Sintufrj), a comunidade está assistindo a uma "fujimorização" daquela universidade.

Luiz Ricardo de Andrade



Nova Diretoria

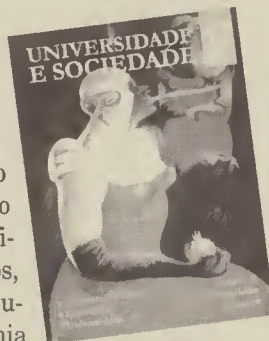
Tomou posse, em assembléia realizada na sede da Adufrgs no dia 11 de dezembro, a nova Diretoria da entidade, eleita nos dias 11 e 12 de novembro. Prestigiaram a cerimônia professores associados, representantes de várias entidades de classe, sindicais e científicas. A reitora da Ufrgs, Wana Panizzi, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, fizeram-se presentes no ato. Na foto, parte da diretoria que assume: Rubens Weyne (E), Edson Lindner, Regina Witt, Daniela Fialho, Carlos Schmidt e Elisabete Búrigo.

Analfabetos

Praticamente um sexto da humanidade, cerca de 885 milhões de pessoas, chegará ao ano 2000 sem saber assinar o nome ou ler um livro. É o que conclui o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado no último dia 9. Nos países em desenvolvimento, 40% das crianças têm aprendizado considerado insuficiente, e nada menos que 130 milhões de crianças, ou 20% do total de jovens entre seis e 11 anos que vivem nesses países, jamais frequentaram escolas. Outros 130 milhões de crianças começam seus estudos mas não passam da quinta série. Chegam ao mercado de trabalho sem dominar a leitura, a escrita e a matemática fundamentais. Em tempo: o Brasil e a Guatemala têm os piores índices de repetência na América Latina (15%).

Revista I

Está à disposição dos interessados, na sede da Adufrgs, a 17ª edição da revista *Universidade e Sociedade*, editada pelo Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (Andes). Reformulada graficamente, a revista apresenta artigos, resenhas e ensaios sobre educação superior, conjuntura política e economia entre outros temas. A entrevista desta edição é com o professor Márcio Antônio de Oliveira, ex-presidente da Andes. Cada exemplar da revista custa R\$ 10,00.



Revista II

Fronteiras é o novo nome da Revista CPERS/Adufrgs, que já está em sua 13ª edição. A distribuição é gratuita. Os interessados podem passar na Adufrgs e retirar o seu exemplar.

**AD
VERSO**

**Publicação
quinzenal
Impresso em
papel Ecograph
Tiragem :
4.500 exemplares**

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiária: Fabrícia Osonai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; 1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 2º Vice: Elisabete Búrigo; 1º Secretária: Regina Witt; 2ª Secretária: Daniela Fialho; 1º Tesoureiro: Edson Lindner; 2º Tesoureiro: Mário Brauner; 1º Suplente: Rubens Weyne; 2º Suplente: Jaqueline Moll

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Adufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

CASO PINOCHET

Memória de ausências incômodas

*¡Que espanto causa el rostro del fascismo!
Llevan a cabo sus planes com precisión artera
Sin importarles nada.
La sangre para ellos son medallas.
La matanza és acto de heroísmo.
¿És éste el mundo que criaste, Dios mío?
¿Para esto tus siete días de asombro y de trabajo?*

*¡Quantos somos en toda la Pátria?
La sangre del compañero Presidente
Golpea más fuerte que bombas y metralhas.
Así golperá nuestro puño nuevamente.*

*Lo que veo nunca vi,
Lo que he sentido y lo que siento
Hará brotar el momento...*

Victor Jara¹

Estádio Chile/Setembro de 1973

Enrique Serra Padrós*

A polêmica suscitada pelo *caso Pinochet* e o grau de complexidade que implica, merecem algumas reflexões pontuais. Mesmo sendo a síntese mais representativa dos cinzentos *anos de chumbo* da América Latina, Pinochet é a ponta de um gigantesco *iceberg*. Portanto, o questionamento atinge toda a estrutura de poder e ameaça descortinar as bases internas de sustentação, a integração subterrânea e criminosa da Operação Condor e o esquema de articulação direta com o *grande irmão* do norte.

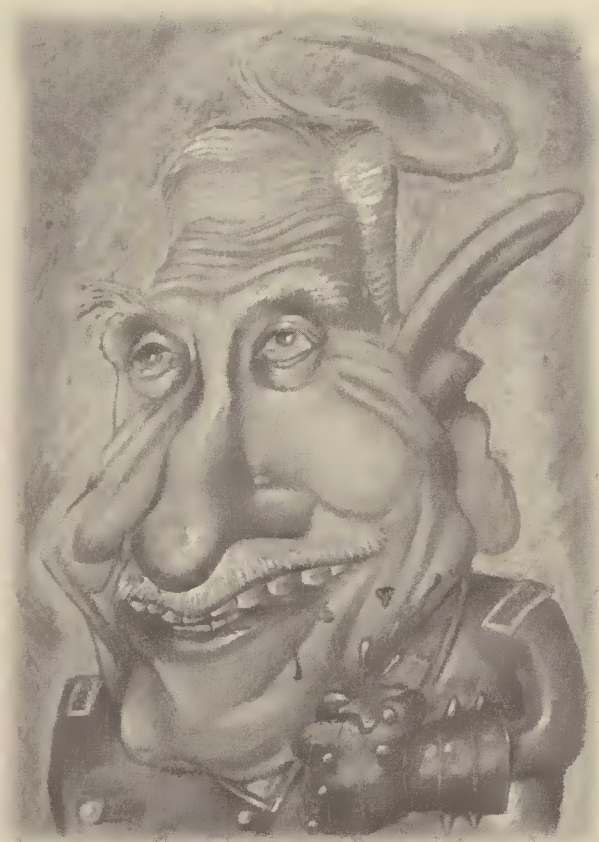
Sem perder de vista a lógica e os objetivos da Doutrina de Segurança Nacional, deve-se sublinhar a especificidade do *caso*, até por que pode ser ponto de partida para a recuperação da memória do período. O general merece o respeito que sua própria biografia impõe. Poucos, até hoje, representam tão bem os *anos de chumbo*. Poucos traíram com tanta contundência e convicção as estruturas democráticas. Desde o terror de Estado poucos exerceram, com tanto zelo, o direito (divino) sobre a vida ou a morte, como o velho general de im(p)unidade diplomática. As acusações contra Pinochet especificam casos de tortura, genocídio, desaparecimento, além do envolvimento na Operação Condor... currículo invejável. E mais, respeite-se Pinochet pela grande contribuição na consolidação do paradigmático neoliberalismo chileno e sua democracia (im)perfeita. Para seus seguidores, o pai da pátria e baluarte anticomunista, está sendo vítima de uma conspiração marxista. No poço de bondade em que tentam transformá-lo, só falta a identificação com Papai Noel.

Eduardo Galeano diz, com fina ironia, que em alguns países *Pinochet* virou um sinônimo que identifica times de futebol que jogam muito mal e que *enchem os estádios para torturar o público*² (alusão direta aos crimes cometidos no Estádio Nacional).

Assim como há o Pinochet acusado pelo juiz Baltasar Garzón, há outros *pinochets* espalhados pelos *anos de chumbo* latino-americanos. E assim como há o Chile de Pinochet, há *chiles* de outros *pinochets*. Num desses *chiles*, 30 anos depois, discute-se o AI-5. E não se sabe o que é mais repulsivo, se as falas gravadas e identificadas dos *Drs. Frankensteins* ou as patéticas e cínicas tentativas de justificar o injustificável. Não há dúvida de que os historiadores e a justiça têm muito trabalho pela frente.

Um capítulo a parte é o das responsabilidades. As ditaduras foram planejadas, gerenciadas e financiadas por diversos atores internos e externos. Alguns analistas reconhecem que em países como Chile e Brasil, os golpes de Estado se configuraram mais como um movimento cívico-militar, reconhecendo a existência, no interior da sociedade, de um forte viés direitista. Mapear os setores beneficiados com o projeto econômico dos regimes militares, pode ser um elucidativo exercício. A lista não é pequena...

Aliás, o *caso Pinochet* pode virar uma bola de neve. Diante da polêmica criada, os EUA assumiram, inicialmente, uma postura distante. Mas ao começarem a ecoar lembranças incômodas, mudaram de postura. Na mesma onda do



caso Pinochet, a justiça européia e entidades internacionais de direitos humanos solicitaram ao governo norte-americano a liberação de documentos para qualificar as acusações. Após a hesitação inicial, o governo Clinton reagiu a favor de Pinochet. Nunca é demais lembrar a promíscua relação Nixon/Kissinger/ITT/Pinochet contra o governo da *Unidad Popular*. Em tempos neoliberais e de crise capitalista estrutural, manifestações contra o anestesiamiento da memória são muito perigosas. Que efeitos pode ter uma frase como esta?

"Não vejo por que razão havíamos de ficar de braços cruzados vendo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade do seu próprio povo". H. Kissinger³.

É pouco provável que Kissinger e Nixon sejam responsabilizados; mais, quem pode prever o futuro de Pinochet? Entretanto, a simples lembrança do papel de cada um, nos fatos de setembro de 73, já é importantíssima.

Uma questão pouco analisada no início da pendenga judicial originada pela justiça espanhola, foi a posição da administração Aznar. Muitos analistas alegaram que o governo de direita rejeitaria o pedido, cedendo às pressões econômicas decorrentes dos investimentos feitos no Mercosul. Isso não se confirmou. O governo Aznar ficou preso aos seus compromissos internos e aos da comunidade européia. Por um lado, não podia desqualificar o trabalho de Garzón quem, indiretamente, contribuíra no desgaste do PSOE, ao investigar a conexão da administração Felipe González com os GAL, esquadrões de extermínio utilizados contra a ETA. Por outro lado, criou um delicado precedente ao ter atendidos os pedidos de extradição de *etarras* escondidos em outros países comunitários. Ora, a Espanha é hoje um dos pilares de sustentação da União Européia, área mais estratégica para a sua economia do que a América Latina.

Polemiza-se a respeito da legalidade ou não do pedido de extradição. A tipificação dos crimes de tortura, genocídio e desaparecimento de pessoas nos Autos do processo vem acompanhada de uma lista de tratados existentes que, segundo Garzón, sustentam a acusação e abrem o debate jurídico (Declaração sobre crimes contra a Humanidade/1943; Convênio contra o genocídio/1948; Resolução sobre perseguição de crimes contra a Humanidade/1973; Convenção contra a Tortura/1984; Declaração sobre a desa-

parição forçada de pessoas/1992⁴).

Os próprios chilenos, ao reivindicar o direito de resolver o problema Pinochet, reconhecem as deformações e interferências à justiça provocadas pela persistência do entulho autoritário. Aliás, furioso por ter que comparecer diante da justiça britânica, o senador vitalício afirmou: *Não reconheço os tribunais fora do meu país*⁵. Cara de pau; ele não reconhece os tribunais em parte alguma, muito menos no seu país, onde sua simples presença constringe qualquer pretensão democrática. No Chile é impossível julgar o ditador; lá, a justiça está bloqueada para esses temas. Pinochet inviabiliza qualquer autodeterminação interna com os artifícios autoritários que lhe garantem impunidade perpétua. Intocável enquanto militar na ativa e imune como senador biônico vitalício, engessa a justiça e impede que os chilenos possam resolver o seu passado tão presente. A desconfiança de que a soberania pode ser fragilizada com a interferência externa tem procedência. O direito à autodeterminação dos povos é um dos mais caros, principalmente para os países periféricos. Mas até aonde vai a soberania interna, no Chile de Pinochet?

Os que hoje falam em agressão da soberania, quando ontem simpatizavam com as ditaduras, soam oportunistas e hipócritas (e esquecem, propositadamente, a internacionalização da morte via Operação Condor e o *entreguismo* dos anos 70, 80 e 90). Moralmente não podem questionar nada. Já os que, desde a esquerda, consideram que uma justiça globalizada pode ser uma nova forma de manifestação do imperialismo, possivelmente têm razão. Só que o imperialismo não ficará menos forte com a reversão do que se avançou no *caso Pinochet*. Até onde será que este esboço de justiça globalizada pode piorar a situação dos países periféricos, historicamente subordinados pela dinâmica capitalismo-imperialismo? Esta dinâmica continuará. E continuará sendo o entrave fundamental à autodeterminação, à justiça e à democracia no seu sentido mais amplo.

O tempo e a distância não cicatrizaram as velhas feridas; tampouco ocorreu o esquecimento. Talvez seja hora de tentar a justiça, como sempre defenderam os militantes dos direitos humanos. O esquecimento individual ou coletivo deve ser um direito, uma opção de quem lembra. Esquecer conscientemente implica em que a verdade seja socialmente conhecida, as responsabilidades apuradas e a experiência histórica acumulada. É impossível querer construir um futuro retalhando o passado; é mais um crime na lista interminável dos *pinochets* latino-americanos.

Nesta querela, há que tomar partido? Isso nos diz respeito? A condenação de Pinochet serve para alguma coisa? Há necessidade de condenar um homem velho e doente, mas com semelhante folha corrida? Enfim, havendo dúvidas, sugere-se pensar nas palavras de Victor Jara. Ou talvez refletir sobre o posicionamento dos que estão no entorno dos desaparecidos e que nunca deixaram de lutar pelos direitos humanos, pela liberdade e pela justiça. Finalmente, num último esforço, imagine-se os rostos brincalhões das crianças sequestradas, torturadas, assassinadas, desaparecidas... ausentes. Alguns nomes constam nos Autos do processo de Baltasar Garzón. No mundo globalizado e neoliberal do discurso fácil e cada vez mais vazio, talvez isso não signifique nada. Enfim, fica na consciência de cada um. O problema é que Papai Noel não existe... mas os *pinochets*, sim. Soltos.

Notas

¹Texto de Victor Jara produzido pouco antes de seu brutal assassinato, no Estádio Chile, logo após o golpe que derrubou Salvador Allende. JARA, J. *Canção inacabada. A vida e obra de Victor Jara*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²GALEANO, E. *El ojo del cíclope*. Rebelión Internacional, 27/11/98.

³CHOMSKY, N. *Batismo de fogo*. São Paulo: Difel, 1976. p. 148. Ver, também, a documentação apresentada por Chomsky na obra *Um olhar sobre a América Latina* (Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998).

⁴Autos del Sumário 19/97. *Terrorismo y genocidio*. Dr. Baltasar Garzón Real. Juez del Juzgado Central de Instrucción Número Cinco de la Audiencia Nacional. Madrid, 18/10/98. El País Digital, nº 900.

⁵El País. Montevideo. 12/12/98. p. 2

* Professor de História Contemporânea – UFRGS.

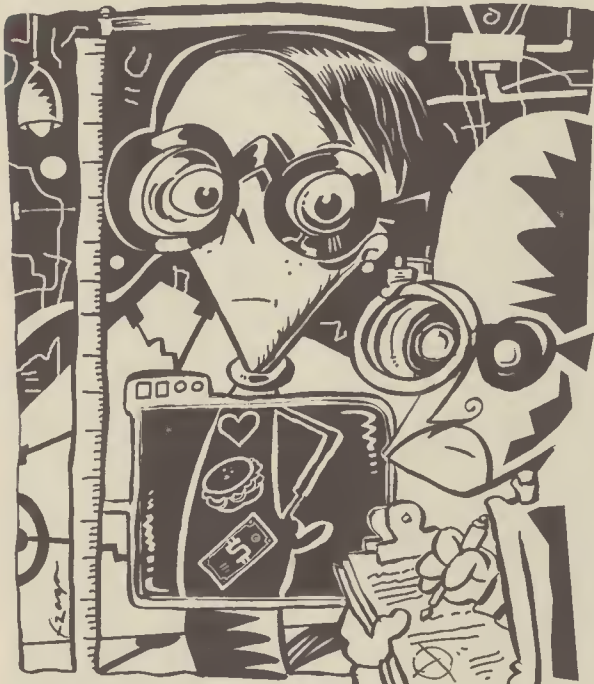
UNIVERSIDADE

Ufrgs vai levantar perfil de alunos

Pesquisa pretende desfazer alguns mitos e ser uma das mais completas radiografias sócio-econômicas do estudante

Mesmo prestes a terminar um dos anos mais atípicos de sua existência, já sabendo que não receberá suplementação orçamentária e sem ter em mãos sequer o valor total da verba prevista para 1998, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) está preparando um estudo para avaliar o perfil do estudante da instituição. De acordo com a pró-reitora de graduação, Lorena Holzmänn da Silva, o estudo consiste de questionários de avaliação distribuídos entre todos os alunos da instituição. A pesquisa foi anunciada em uma entrevista coletiva concedida pela Diretoria da Ufrgs a órgãos da imprensa e a associações da comunidade universitária no Dia em Defesa da Universidade Pública, em 10 de dezembro. Se as tabulações e interpretações de dados forem finalizadas no prazo previsto, antes que a nova leva de estudantes selecionada pelo Vestibular 1999 esteja se matriculando, a universidade terá uma das mais completas radiografias sócio-econômicas do estudante da Ufrgs.

De acordo com a própria reitora da instituição, Wrana Panizzi, um dos objetivos da pesquisa é desfazer alguns mitos criados nos últimos anos e que são o principal mote de ataque contra a universidade pública, entre eles o de que só a conseguem frequentar os estudantes com melhores condições econômicas, aptos a fazer o Ensino Médio em uma escola melhor e, assim, preparar-se mais para o Vestibular. Os primeiros dados divulgados, no entanto, não permitem nenhuma conclusão sobre o assunto. A pesquisa apurou que 30% das mães de alunos da universidade tem escolaridade apenas até o 1º Grau. A informação foi apresentada pela professora Lorena como um indício –relacionando escolaridade e situação econômica– de que a população atendida pela universidade é menos abastada do que se fala. A conclusão é demasiado oti-



mista, já que não há necessariamente uma relação direta entre o nível de escolaridade e a estabilidade financeira de um indivíduo.

O Dia Nacional pela Defesa da Universidade Pública recebeu este ano menos destaque da mídia do que em 1997, como se, sem o impacto da novidade, os meios de comunicação tivessem perdido parte do interesse na luta pela manutenção do ensino público superior. Promoção de âmbito nacional, no Rio Grande do Sul contou com a presença tímida da imprensa. De todos os órgãos de Porto Alegre convidados, compareceram ao que deveria ter sido uma visita a todas as instalações e campi da Ufrgs pela manhã do dia 10 apenas as rádios Gaúcha, Bandeirantes AM e Ipane-

ma FM, o jornal *Correio do Povo* e a TVE. Ao contrário, porém, os veículos de entidades ligadas aos trabalhadores da universidade como o jornal e a Rádio da Universidade, o ADVERSO, o Jornal da Assufrgs e o *Hora do Povo* (jornal da Central Única dos Trabalhadores) estavam lá.

Em parte pelo baixo índice de comparecimento da grande mídia e em parte pela chuva que se derramou sobre a cidade naquela quinta-feira, a excursão prevista para apresentar o trabalho da universidade não aconteceu, e o encontro restringiu-se a uma longa entrevista coletiva no gabinete da Reitoria, com poucas perguntas por parte da imprensa. Mesmo assim, muitos dos que estavam na sala saíram surpresos com a realidade em que vive hoje a universidade.

Mesmo tendo apresentado um desempenho fraco no Exame Nacional de Cursos, a Ufrgs continua sendo a instituição de ensino mais solicitada do Estado. Para o vestibular deste ano, estão inscritos 39.395 candidatos para 3.700 vagas. Em aparte a uma declaração da reitora, o presidente da Adufrgs, professor Carlos Schmidt, lembrou que a categoria dos docentes da universidade também está engajada na proteção do que foi construído pela universidade pública em 64 anos de existência. E reforçou a união entre a Direção e o corpo docente –pelo menos no que se refere à luta pela universidade pública e gratuita– lembrando o apoio velado dado pela Ufrgs à greve por melhores salários realizada pelos professores neste ano. Schmidt disse ainda que o Exame Nacional de Cursos avalia apenas o primeiro dos três itens que constituem o coração da atividade universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão. À tarde, a programação do Dia de Defesa da Universidade Pública encerrou-se com um seminário e ato-show promovido pela Assufrgs e pelo Diretório Central dos Estudantes.

Prestação de Contas
Balancete de Setembro de 98

ATIVO:			
Circulante			
Disponibilidades		1.455,69	
Aplicações Financeiras		850.551,85	
Créditos Diversos		18.899,38	870.906,92
Permanente			272.198,72
Total do ativo			1.143.105,64
PASSIVO:			
Circulante			2.561,00
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	1.251.699,62		
Resultado Acumulado do exercício	(111.154,98)	1.140.544,64	
Total do passivo			1.143.105,64
RECEITAS:			
	Acum. Anterior	Acum. Atual	Do mês
Associados	424.092,42	472.081,42	47.989,00
Outros (inclusive financeiras)	87.501,95	94.236,57	6.734,62
	511.594,37	566.317,99	54.723,62
DESPESAS:			
Com pessoal	125.525,13	143.147,51	17.622,38
Andes (mensalidade CUT + Andes)	75.181,33	87.108,33	11.927,00
Viagens e estadas	72.575,59	77.417,94	4.842,35
Outras (inclusive financeiras)	335.085,02	369.799,19	34.714,17
	608.367,07	677.472,97	69.105,90
RESULTADO:			
	Acumulado	Do mês	
Receitas – Despesas =	(111.154,98)	(14.382,28)	
Egon Claus Steinstrasser – Contador Reg. 29583			

Prestação de Contas da Diretoria
Gestão 1996/1998

	1997	1998
Receitas:		
R\$	945.942,00	683.488,00
Contribuições	611.499,00	636.411,00
Outras*	334.443,00	47.077,00
Despesas:		
R\$	(832.651,00)	(827.184,00)
Com pessoal	(163.948,00)	(185.526,00)
Andes (mensalidade CUT+Andes)	(130.341,00)	(111.098,00)
Viagens + estadas	(92.473,00)	(92.058,00)
Fundo de greve	(41.874,00)	(129.360,00)
Congresso + veiculações	(117.454,00)	(111.581,00)
Outras	(286.561,00)	(197.561,00)
Resultado:		
R\$		
Receitas – Despesas =	(113.291,00)	(143.696,00)
Nº Associados:		
	2.531	2.597
Média mensal contribuição/sócio:		
R\$	21,96	22,27
* Está acrescido neste valor R\$ 212.835,00 correspondente a Comissão à Adufrgs do processo URP/89		
Porto Alegre, 15 de dezembro de 1998		
Egon Claus Steinstrasser – CRCRS - 29.583		

UNIVERSIDADE

Fabrícia Osanai



Brovetto: no próximo século, as universidades públicas deverão ter mais eficiência com menos gastos da União

A Ufrgs rumo ao século 21

Cintia Grehs Beck

Qual é o modelo de ensino superior que a sociedade precisa? Como deve ser o perfil do profissional que a universidade prepara? Os currículos oferecidos são os mais adequados? O que fazer para administrar orçamentos cada vez mais reduzidos? Repensar a necessidade social da universidade e procurar respostas para os questionamentos da sociedade em relação à missão do ensino superior foram os objetivos do seminário *Ufrgs Século XXI: Compromissos e Ações*. O encontro reuniu alunos, professores e técnicos nos dias 1º e 2 de dezembro e resultou num conjunto de propostas para melhorar a capacitação docente, os currículos, a pesquisa, a gestão do orçamento, a ética acadêmica e os recursos humanos na Ufrgs.

Para iniciar o debate, o professor uruguaio Jorge Brovetto apresentou os possíveis rumos da universidade a partir das conclusões da Conferência Internacional sobre Ensino Superior, promovida pela Unesco em Paris, em outubro, da qual foi relator. Para Brovetto, a educação superior enfrenta um enorme desafio. "É imprescindível empreender as mudanças necessárias para dotar as universidades de maior eficácia social. A modernização das universidades se traduz na busca de maior eficiência de funcionamento com menor gasto público", avalia. Segundo ele, uma das bases da mudança pela qual a universidade deverá ser submetida diz respeito ao acesso à educação superior. Em referência ao artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Brovetto lembrou que todas as pessoas têm direito à educação e o acesso deve ser igual para todos, sem discriminação a sexo, raça, idioma, religião, capacidades físicas, condições econômicas, culturais ou sociais. Baseado em levantamentos realizados pelo Banco Mundial, segundo os quais os países mais ricos do mundo são os que mais investem em saúde e educação da população, Brovetto enfatizou: "Investir em recursos humanos é a melhor maneira de provocar o desenvolvimento das nações. A construção inteligente de um sistema de educação superior, com instituições públicas competentes e comprometidas eticamente com as problemáticas atuais, constitui-se num compromisso ao qual nunca renunciaremos porque só assim teremos uma sociedade próspera e mais igualitária".

A crença na educação, na ciência e na tecnologia como um dos pilares fundamentais de nações fortes e desenvolvidas movimentou as discussões dos participantes no segundo dia do encontro. Preocupados em contribuir com idéias e soluções práticas para implantar mudanças na Ufrgs, os participantes do seminário dividiram-se em grupos de estudo e apresentaram um relatório com sugestões em diversas áreas onde as transformações se fazem necessárias em função de fatores externos como a falta de recursos financeiros e humanos. As alternativas apresentadas dizem respeito à necessidade de maior concentração dos cursos em turnos; a promoção de maior incentivo para o afastamento de docentes e técnicos, dentro da própria Universidade, para realização de doutorado; a integração da pós-graduação às atividades acadêmicas e de extensão; a valorização da iniciação científica e da extensão para a obtenção de créditos na graduação e na pós-graduação; a promoção de uma mudança cultural no que se refere a controle de gastos e redução de custos; a implementação de um sistema de informações gerenciais que permita visualizar os custos de todas as atividades da Universidade; a captação de recursos através da extensão; a qualificação dos técnicos para a reorganização do trabalho nas unidades com secretarias e bibliotecas funcionando nos três turnos; a valorização da função crítica da universidade com professores que cultivem a justiça, a verdade e a responsabilidade, entre outras propostas foram apresentadas.

A ética e a moral estiveram presentes em todas as discussões durante o seminário. O resultado do encontro foi o estabelecimento do compromisso conjunto de submeter todas as atividades da Universidade à exigência do rigor científico e intelectual. Para Wrana Panizzi, a Universidade deve ser vista como um modelo de formação de profissionais e de produção de conhecimento para a sociedade. Para tanto, a defesa de valores universais como paz, justiça, liberdade, igualdade e solidariedade deve fazer parte de todo o processo de ensino, visando a formação de profissionais íntegros e com apurado sentido ético. Com estas propostas, a Ufrgs está se preparando para adequar-se às necessidades da sociedade, buscando informar e formar mais cidadãos e menos técnicos para construir a Universidade do século 21.

Conad formula novos desafios

O 37º Conselho de Associações de Docentes da ANDES/SN, realizado nos dias 21 a 23 de novembro, em Belo Horizonte, aprovou um documento com as diretrizes políticas dos professores universitários na atuação em defesa da universidade brasileira. A Carta de Belo Horizonte evidencia a conjuntura política de "crescente pressão do governo sobre o complexo institucional Universidade e Pesquisas públicas". Os professores avaliam que, ao impor novos cortes de verbas, de forma demagógica, o governo "acena com a perspectiva da modernidade do Estado avaliador, que quebra os 'enlaces corporativos' e satisfaz o conjunto da sociedade". Os docentes reiteram que é necessário questionar o critério de qualidade imposto pelo governo e propõem a "formulação de critério de qualidade original e próprio que oriente nossa tática e balize nossa estratégia". Ao final do documento, os professores salientam um desafio a ser enfrentado: buscar novas alianças, "especialmente entre os grupos sociais interessados no futuro que queremos" e que "solidarizam-se com o nosso projeto", para derrotar as políticas governamentais. "Derrotá-las não significa apenas salvar a Universidade Pública e Gratuita: significa, isto sim, preparar as lutas futuras que, juntamente com os trabalhadores e com os movimentos sociais organizados, em seu conjunto, levar-nos-ão à sociedade justa e democrática que almejamos", conclui a carta.

C & T

SBPC leva carta a governador eleito

A Secretaria Regional Rio Grande do Sul da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou carta ao governador eleito, Olívio Dutra, apresentando as reivindicações da entidade para a área de Ciência e Tecnologia. No documento, a SBPC ressaltava as dificuldades enfrentadas pelo setor, aprofundadas pelos cortes do governo e a perda de recursos humanos. A entidade sugere ainda algumas medidas "para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado". Publicamos abaixo as principais reivindicações da SBPC:

1. fortalecimento das instâncias governamentais de política, de fomento e de desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (C&T) no RS, como a Secretaria de C&T, o Conselho Estadual de C&T, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapergs) e os institutos de pesquisa vinculados às secretarias de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente;
2. cumprimento do repasse constitucional que destina 1,5% mensais da receita líquida de impostos do Estado para a Fapergs;
3. manutenção da estrutura básica da Fapergs;
4. recuperação da infra-estrutura física e valorização dos recursos humanos dos institutos de pesquisa;
5. consolidação do órgão que coordena a formação profissional no RS - a Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO/RS), e ampla discussão do ensino técnico;
6. estabelecimento de uma parceria com as Universidades para a realização de Programas de Atualização, Treinamento e Re-qualificação dos professores do Ensino Fundamental, em especial de matemática e ciências.

MENINA BONITA

Cinderelas no mundo da imagem



James Görgen

Em sua edição de domingo —dia 6 de dezembro—, o jornal gaúcho *Zero Hora* estampou na primeira página uma menina de 14 anos. Tatiane Cremonini Waldemarca havia vencido outras 23 candidatas em um concurso de beleza promovido por ZH. Foi tratada como a "Donna da Capa". Em italiano, *donna* quer dizer mulher. Hábil em criar rótulos, a produção fotográfica fez de tudo para que o título do certame se materializasse sobre o corpo de uma adolescente, que foi apresentada a todo o país como uma fêmea fatal. Cabelo esvoaçante, maquiagem carregada, roupas sumárias, poses insinuantes. A fragilidade de uma menina que sonha ser



professora, entretanto, era indisfarçável. Em seus 15 minutos de fama, Tatiane foi vendida como Lolita – a personagem do livro do escritor russo Vladimir Nabokov que abusada sexualmente pelo padrasto. Com seu sorriso inocente e um rosto sem marcas, Tatiane não passava de uma Cinderela que experimentou o sapato de cristal cedo demais. Assim como ela, dezenas de jovens adolescentes do país não desejam mais dançar a valsa no *debut* para mostrarem à sociedade que viraram moças. Cada vez mais, ser modelo, manequim ou aparecer nos meios de comunicação como uma mulher feita parece ser o sonho de 11 em cada dez crianças e adolescentes. Sem sequer perceber, estas meninas colaboram para aumentar a ansiedade de pais e filhos, alimentar as estatísticas de violência sexual contra a infância e traçar para si mesmas um futuro nada promissor.

Sensualização precoce, pedofilia generalizada, adultização da infância? O que faz a sociedade estimular o comportamento dessas jovens sem questionar quais os efeitos da infantilização do ideal de beleza feminina sobre elas ou sobre os admiradores desta exploração sen-

sual? Ao longo desta reportagem, na maioria das vezes, estas perguntas ficarão sem uma resposta objetiva. Tanto a Psicologia quanto o Direito, estão sem solução para o dilema. Todos os especialistas dizem que isso precisa ser contido, mas nenhuma ação é desencadeada pela sociedade civil.

Se os pais não se contrapõem – pelo contrário, incentivam, orgulhosos –, então quem se importa? Além do mais, o Brasil tem problemas muito maiores como as crianças de rua, exploração do trabalho infantil, prostituição infantil, pedofilia na Internet, evasão escolar e tantas outras mazelas. Como uma forma de legitimar que essa é uma demanda a ser trabalhada no futuro, os adultos esquecem de analisar que muitas das problemáticas enunciadas na frase anterior permeiam um mal maior: a entronização da infância e da juventude como modelo de vida. "O adolescente é o nosso ideal", define a psicanalista Diana Corso, uma especialista em questões de adolescência e juventude.

Na visão da psicanálise, sexo neste caso é sintoma e não a causa. O que está no centro da sensualização precece de meninas de 13 ou 14 anos e sua exagerada exploração na mídia é o fato de que o ser humano, neste final de milênio, deseja ser eternamente jovem. Cumprindo uma missão que elas não escolheram, uma legião de garotas se lança no mundo da imagem disposta a ser conhe-

cida e adorada pelo maior número possível de pessoas. "Elas querem se sentir desejáveis no sentido de encarnar o ícone da mulher", explica Diana. Para isso, elas não precisam deixar de ser virgens, ter filhos ou serem reconhecidas como um vulcão do sexo. "Elas sabem que se trata única e exclusivamente de imagem", diz a psicanalista.

Uma das modelos que inaugurou esta tendência no Brasil, a paulista Gianne Albertoni Vicente, tinha certeza de que não era uma mulher. Apenas fingia ser. Descoberta em 1993, quando tinha 12 anos e passeava de bicicleta, a loira de 1,80 m logo aprendeu a vestir a fantasia que lhe fora feita sob medida. Como num conto de fadas, foi retirada num passe de mágica de uma realidade aparentemente pobre e monótona para aterrissar entre os palácios da moda.

Aos 14 anos, em um de seus primeiros perfis para o jornal *Folha de São Paulo*, deixou bem claro que sabia separar o joio do trigo: "Na passarela, é minha hora de aparecer. Estão todos reparando. Não importa se vêem defeitos ou qualidades. (...) Em cada desfile, sou uma pessoa. Depende da roupa". Na legenda das fotos publicadas junto com o artigo, a constatação de que a imprensa também sabia o que se passava mas não estava nem aí: "A loira de 1,80 m e 55 kg finge que é mulher nas passarelas de Milão". Em outro ponto, seu pai Wilson tenta suavizar o destino da filha. "Gianne é uma criança", declara o ex-fiscal de limpeza públi-

ca. Ele virou administrador da carreira da criança que lhe garantiu "uma guinada nas finanças domésticas".

O estímulo e a permissividade insuspeita de pais e parentes são os principais componentes que legitimam a exploração da sensualidade destas crianças e adolescentes. Funcionam como um vidro embaçado que distorce o debate de uma situação que poderia ser enquadrada como constrangedora ou de risco para o futuro dos filhos. "Em geral, os pais estão mais preocupados em regulamentar o trabalho e não em poupar suas crianças deste tipo de exploração", constata Caio Magri, coordenador do Projeto Empresa Amiga da Criança, mantido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. "A sociedade civil não pressiona porque os pais não acham nada demais nisso", observa Léo Voigt, diretor-executivo da Fundação Maurício Sirotsky (FMS).

Voigt dirige uma entidade que pertence ao grupo RBS, conglomerado que edita o jornal *Zero Hora*, o mesmo do concurso *Donna da Capa*. Perguntado se a Fundação não poderia fazer nada para barrar este tipo de evento, Voigt foi taxativo: "É uma questão de mercado". Nos três anos em que está à frente da Fundação, o diretor admite que nunca foi sequer questionado sobre o tema. "Há situações mais graves com as quais estamos envolvidos, por isso não nos sobra energia", confessa Voigt. "A sociedade é que terá de levantar este questionamento. Precisamos aguardar que esta demanda se legitime", entende. "A criação de demandas no sentido de denúncias sociais precisam partir não daqueles potencialmente vulneráveis mas de outros grupos da sociedade que estão mais fortalecidos", lembra a advogada Denise Dourado Dora, coordenadora da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul (Cedica) adota a posição dos direitos preconizados pelo artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente". Maurício Vian, presidente do Cedica e consultor da FMS, considera que a desinformação contribui para a falta de fiscalização. "É um assunto que todo mundo comenta em seminário mas eu não saberia dizer por que esta demanda não aparece", resume.

Pais omissos, nesses casos, podem ser um sinal de tolerância justificada. Como fechar os olhos para não ter de intervir. Como nos tempos de Freud, os casais de hoje estimulam suas crianças a buscar a fama porque as enxergam como a promessa do que não cumpriram. Mas eles também vão além. "Os pais querem que seus filhos possam tudo", analisa Diana Corso. Por outro lado, existe a permissividade, que bate palmas para a exploração da imagem da criança ou do adolescente como ideal de homem ou mulher. Uma geração que cresceu tendo de fazer escolhas, agora luta para não impor nenhum tipo de limite aos filhos. Pela experiência de consultório, Diana observa que o resultado dessa inércia dos pais são filhos inibidos e

com moral e valores extremamente rígidos. Sem parâmetros, as crianças buscam nos modelos da mídia os caminhos que não recebem em casa. "Essas modelos não encarnam somente o ideal de mulher, mas a imagem destes jovens que andam perdidos, precisam construir padrões éticos sozinhas", define a psicanalista.

Quem pode correr algum risco só por desfilar para um estilista famoso? Isso é puritanismo exacerbado que não casa com nossa tradição nacional, dizem os defensores da criação do mito da menina-mulher. É verdade. Até pouco tempo, o "Brasil das Mulatas" convivia com uma ditadura que abafava qualquer menção ao desenvolvimento da cultura — fosse ela visual, musical ou erótica. Este grito preso na garganta acabou explodindo com a Nova República. A Abertura, que era política, escancarou-se para todas as áreas com a redemocratização.

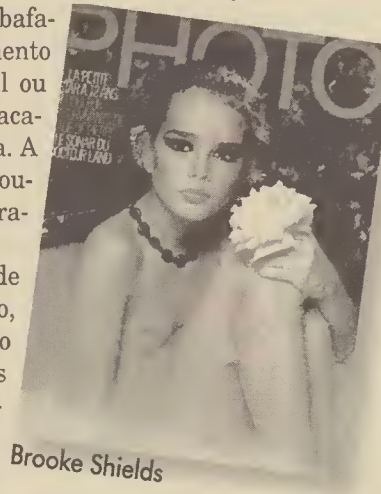
Mesmo protegidas de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (artigo 227 da Constituição Federal), as crianças e adolescentes não escaparam do descontrole promovido por uma sensação nacional de "liberou geral". "Esta antítese da ditadura criou um vazio de fiscalização neste campo que se aproxima da permissividade", afirma Voigt, da FMS. "Precisamos achar um ponto de equilíbrio", afirma o juiz da Infância e da Juventude João Batista Saraiva.

O fato é que os riscos existem. Desde a exploração do trabalho de modelos e atores mirins na produção de filmes de publicidade ou novelas de televisão, passando pela prostituição infantil, até chegar a seqüelas menos evidentes. "Em termos de riqueza mental, acho um desastre para a cabeça dessas crianças", diagnostica Diana Corsó. "Nenhuma menina consegue viver este ideal do feminino porque os ícones do nosso tempo são seres humanos feitos de imagem, desprovidos de vida", completa.

Entrando de cabeça na brecha aberta por Gianne, Jeisa Chiminazzo saiu este ano da cidade de gaúcha de Muçum para encarnar a mulher ideal em Milão e Paris. Com 13 anos, logo foi adotada pela imprensa, que passou a chamá-la de Lolita, e pela indústria da moda, que a disputava a tapas por meio das agências de modelo internacionais. Mesmo tentando desvincular sua imagem de uma mulher sensual, ao não posar com lingerie, Jeisa acaba fazendo concessões ingênuas se não fossem pensadas para causar polêmica. Quando menos percebe, está na passarela envergando o colo ainda sem seios através de uma blusa transparente. Em setembro, numa entrevista publicada pela *Folha de São Paulo*, Jeisa explicava como era sentir-se desejada: "Sou paquerada pelos (homens) de mais de 20. Os da minha idade nem se aproximam". Com o que mais podem sonhar garotas como Tatiane, Gianne e Jeisa, se antes dos 15 anos já desfilaram para os mestres da alta costura e povoam os sonhos mais secretos dos adultos?

Mídia vive contradição entre expor e não expor

Fabricado o ideal de mulher, cabe à mídia difundir-lo. Do final dos anos 70 para cá, belas crianças e adolescentes de corpo andrógino passaram a estampar editoriais de moda, protagonizar papéis moldados para mulheres e homens em filmes eróticos e tudo mais que possa seduzir ou chamar a atenção dos adultos. Seja pela

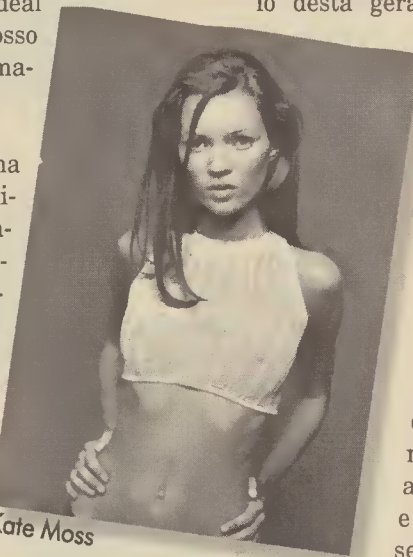


Brooke Shields

prostitutas —é o caso de Brooke Shields em *Pretty Baby* (1978), de Louis Malle; Jodie Foster (1976) em *Taxi Driver*, de Martin Scorsese; e Nastassja Kinski em *Wrong Move*, de Wim Wenders. Dez anos mais tarde, ocorre a invasão do fenômeno *waif* (modelos magricelas com cara de meninas) que se transforma no sinônimo da beleza feminina e desencadeia um surto de anorexia que transformou a fome em uma moda lúgubre. O símbolo desta geração é Kate

M o s s .

Fotografada de calcinhas antes dos 14 anos por Corinne Day para um ensaio da *Vogue* inglesa, causou escândalo nos movimentos antipedofilia e nos jornais sensacionalistas britânicos.



ate Moss.

Em 1962, anos antes do *boom* das meninas travestidas de mulher, o diretor Stanley Kubrick chocou a sociedade americana ao trazer para as telas o drama de Lolita Haze, personagem-título do romance de Vladimir Nabokov. Com 15 anos, a desconhecida Sue Lyon encarnou o papel da menina abusada pelo padrasto Humbert Humbert, vivido por James Mason, então com mais de 50 anos. Protestos e mais protestos acabaram classificando a produção co-

mo pornográfica. Neste ano, o cineasta Adrian Lyne repetiu a dose. A polêmica retornou aos Estados Unidos, mas na Europa e no Brasil a refilmagem foi exibida sem cortes.

Na verdade, a contradição entre expor e não expor—sensual ou sexualmente—meninas nos meios de comunicação sempre foi um paradoxo. Hoje em dia, esta polêmica assume sintomas de esquizofrenia. De um lado, existe o universo jornalístico da mídia que denuncia e fiscaliza quase todos os tipos de violação dos direitos de crianças e adolescentes. De outro, a indústria do entretenimento trabalha no sentido contrário ao exibir a sexualização precoce e explorar a beleza infantil em programas de televisão. “Às vezes um mesmo veículo, que é profundo e cuidadoso ao realizar uma reportagem sobre meninos e meninas de rua, deseduca no outro horário ao mostrar crianças simulando atos sexuais em uma dança”, alerta o jornalista Geraldinho Vieira, diretor-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (An-di), organização não-governamental que monitora os meios de comunicação do país para tentar conter abusos nesta área.

Por enquanto, a sociedade está tentando barrar um outro tipo de desastre para a infância: os exageros cometidos por programas de televisão que aviltam a condição humana explorando as deficiências físicas e mentais de crianças em horário nobre. No final de novembro, o secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, reuniu-se com executivos das emissoras que exibem o *Programa do Ratinho* (SBT) e seu similar *Leão Livre* (Record) para tentar sugerir algum mecanismo de controle. O caminho proposto é o da auto-regulamentação. Entretanto, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) possui um código de ética de oito páginas que não é cumprido. Para reforçar a pressão, a Fundação Abrinq e a própria Andi enviaram ao governo e à Abert propostas de código de conduta auto-regulamentados para proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes nos meios de comunicação.

Para o juiz da Infância e da Juventude João Batista Saraiva, os meios de comunicação precisam deixar de se balizar por uma lei de mercado onde o que é interesse é somente a audiência. "A televisão não pode esquecer que é um instrumento de educação", alerta. Ele lembra que, ao mesmo tempo em que os veículos retratam uma realidade, também realimentam uma situação de sensualização da infância.

MENINA BONITA

Lei não preserva crianças e o número de estupros aumenta

Dos 12 aos 16 anos, Cláudia (nome fictício) foi abusada de duas a três vezes por semana pelo marido de uma tia. Para convencê-la a praticar sexo oral, vaginal e anal, o policial militar, às vezes, deixava sua arma próxima à cama. Sempre usava preservativo. A menina era ameaçada de morte, caso contasse algo à família. Nesse meio tempo, Cláudia começou a namorar Thiago (nome fictício). Com ele, transava de uma a duas vezes por semana. Foi sua desgraça. Depois de denunciado à polícia e condenado a oito anos de prisão pela Justiça, o tio de Cláudia, 38 anos, apelou e foi inocentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em agosto deste ano. Afinal de contas, Cláudia também havia transado com o namorado. O argumento ficou registrado no acórdão do desembargador Nilo Wolff: "Predomina, na doutrina e na jurisprudência, o entendimento de que tal presunção [de violência sexual contra menores de 14 anos] é apenas relativa e não absoluta e pode ceder à prova de que a vítima não se mostra inocente, ingênua, totalmente desinformada a respeito do sexo, ou quando é desonesta ou corrompida".

Esse drama se passou em duas casas geminadas em uma cidade-dormitório da Grande Porto Alegre, entre 1993 e 1997, mas poderia acontecer — e com certeza vem ocorrendo — em qualquer lugar do Brasil. Com a fusão da imagem da menina com a do ideal de mulher, a objetualização é o passo seguinte. "Quando se fixa a mulher como um objeto ela pode ser usada.

E se pode ser usada, pode ser estuprada", observa o juiz da Infância e da Juventude João Batista Saraiva. Apesar de não fazer parte de estudos acadêmicos, a objetualização do papel da menina-mulher pode estar colaborando para o aumento do número de estupros e gestações adolescentes que invadem delegacias e fóruns nos lugares mais remotos do país.

Em tempos de liberdade de comportamento — quando "ficar" virou um verbo familiar à sexualidade dos jovens —, Saraiva não entende por que os índices de violência sexual contra crianças cresceram tanto a cada ano. "Há uma preocupação do mercado em se acabar com a infância", lamenta. Segundo ele, mais de 50% dos adolescentes infratores privados de liberdade chegaram até a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) gaúcha por causa do estupro.

Por outro lado, pelos juizados da Infância e da Juventude passam meninas de 15 anos que já têm dois ou três filhos. "Existe um aumento de demanda de queixas de crimes sexuais contra crianças", constata a advogada Denise Dourado Dora, coordenadora da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. "Há um processo desregulado em andamento e está na hora de parar para refletir", entende o juiz.

O Código Penal brasileiro, editado em 1940, preserva menores de 14 anos contra qualquer ato sexual ou libidinoso. No capítulo dos crimes contra os costumes, onde por uma distorção consta a tipificação do

estupro (constranger indivíduo à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça), a proteção às crianças é rigorosa. Pelo texto, transar com menina menor de 14 anos é estupro porque o Código sustenta a figura legal da violência presumida, ou seja, a certeza prévia de que houve violência física ou moral. Com isso, pensou-se que a infância estaria protegida.

Quase 60 anos depois da criação do Código, setores mais conservadores da Justiça passaram a dar outra interpretação à lei. Neste mundo de hoje, alegam alguns magistrados, ninguém mais nesta idade pode ser considerado tão inocente. "Eles estão julgando contra a lei e começaram a responsabilizar por sedução meninas de 12 anos que foram violentadas por familiares", afirma a advogada.

Com experiência no julgamento de adoção, adolescentes infratores e outras mazelas, Saraiva transformou-se em um dos principais defensores dos direitos da criança no país. Realiza palestras para auditórios que ainda não pararam para discutir o problema da sensualização exagerada de meninas e meninos. "O grande medo dos operadores dessa área é se investir na condição de moralistas e censores do comportamento humano", completa o magistrado, para tentar explicar as razões que levam à inoperância do Ministério Público e outros mecanismos de proteção da sociedade civil. "O limite tem que ser dado como medida de proteção contra a violência sexual", considera a coordenadora da Themis.

Agências internacionais querem lolitas do Brasil

Nem todo mundo acha normal construir uma imagem sensual usando meninas de 14 anos ou menores. A Europa ainda se espanta quando a sensualização precoce invade as ruas vinda de outros continentes ou produzida localmente. Apesar de explorar a imagem do jovem como ninguém, a mídia e a indústria da moda dos países europeus ainda não parecem interessadas comercialmente na exploração sensual da imagem de suas meninas. Em setembro, uma final francesa do concurso *Elite Model Look Photo 98* reuniu em Paris 12 candidatas a modelo. Apenas três tinham 16 anos. As demais ficavam entre 17 e 20 anos. O único problema é que os países desenvolvidos não consideram escândalo explorar as "lolitas" do Terceiro Mundo. Plantadas em solo nacional há muito tempo, as agências de modelos internacionais exportam meninas brasileiras para o exterior com a mesma facilidade com que as descobrem. É comum uma garota de 14 anos ficar meses trabalhando no Japão.

Uma das coordenadoras da filial paulista da agência Elite, Liliana Gomes, diz que o preparo das meninas começa cedo. "Nós sempre trabalhamos com meninas novas", admite. Assim que elas são catapultadas para a profissão — a partir de concursos regionais que tornaram-se um hábito no Brasil —, passam a ter aulas de inglês e são moldadas para atuar no exterior. Neste ponto, a escola formal deixa de ser uma preocupação. Dependendo dos pais, as meninas com maior potencial mudam-se para São Paulo e entram numa rotina extenuante de aulas e exercícios práticos. Descoberta este ano, a *top* Jeísa Chiminazzo, de 13 anos, concedeu entrevistas dizendo que em época de desfiles chega a dormir apenas duas horas por dia.

Há cerca de um ano e oito meses, a Elite criou o

projeto *New Face*, que tenta dar assistência ao grande número de adolescentes que começa a entrar para o *cast* da agência com apenas um vaga idéia do mundo das passarelas e dos flashes. "A faixa de idade das garotas vem caindo. Hoje temos uma percentagem maior de modelos de 13 e 14 anos do que tínhamos há dois anos", revela o psicólogo Marco Antônio Tommaso. Contratado pela empresa para prestar auxílio clínico às meninas, ele afirma que a maioria chega à Elite com

uma grande idealização da profissão. "A carreira de modelo é o fascínio da garotada", diz. Aos poucos, elas percebem que o trabalho é duro e a barra pesada.

Tommaso revela que a maioria das meninas é acometida de ansiedade, depressão, anorexia e bulimia, quadros comuns a qualquer pessoa submetida a um grande nível de tensão. "As seqüelas existem porque elas convivem com graus de ansiedade superiores aos dos vestibulandos". Para tentar atenuar o sofrimento, o projeto *New Face* antecipou a orientação das mode-



Finalistas do concurso *Elite e Photo* francês: todas com mais de 16 anos

los mais novas para que o retorno ao mundo dos mortais seja o menos traumático possível. Atualmente, a carreira de uma modelo que não atinge o estrelato está fadada a acabar em seis ou sete anos. Com 20 ou 21 anos, as meninas deixam o glamour das passarelas para enfrentar a realidade. "Em geral, elas não sabem quando parar. Por isso, trabalhamos para que reajam melhor quando tiverem de voltar ao meio acadêmico para estudar ou escolher uma outra profissão para o resto da vida", explica o psicólogo.

MENINA BONITA

Fotos de Lewis Carroll



Evelyn Hatch: um dos quatro nus que resistiram ao tempo e à fúria destruidora do reverendo Dodgson

Carroll fotografava crianças nuas com o consentimento das mães

O autor do clássico infantil *Alice no País das Maravilhas* colecionava fotos de meninas com até oito anos

Deleitar-se com fotos de meninas disfarçadas de mulher não é uma invenção dos tempos da sensualização precoce. Enfurnado nas sóbrias salas de aula da Oxford High School, uma escola britânica para moças, e mais tarde na universidade de mesmo nome, um reverendo que ensinava matemática e lógica tornou-se um dos mais conhecidos adeptos deste tipo de excitação perversa. Ele viveu atormentado e morreu há um século. Naqueles tempos, espiar uma mulher colocar sua roupa íntima dentro de um quarto já poderia ser considerado um ato libidinoso. Tirar retratos de meninas nuas ou em poses de gente grande era um crime punido com a morte na Inglaterra vitoriana. Este era o hobby solitário de Charles Lutwidge Dodgson, conhecido como Lewis Carroll.

O autor do clássico infantil *As aventuras de Alice no País das Maravilhas* era um amante da câmara escura que intrigava tanta gente no século XIX e resolveu usá-la para satisfazer seus desejos mais recônditos. Para atrair suas modelos, em geral filhas de seus colegas de escola, Carroll mobiliou um apartamento com brinquedos, fantasias, estojos de maquiagem e outros badulaques que maravilhavam as pequenas. Naquele maquiavélico estúdio fotográfico, o reverendo inventava situações onde meninas encarnavam personagens que atiçavam seu prazer. Através da lente da câmera, ele cometeu vários abusos. Tudo acontecia com a devida autorização dos pais.

Nascido a 27 janeiro de 1832, durante o reinado de Guilherme IV, Charles foi um pedófilo que quase passou despercebido da moralista sociedade inglesa. Por sua idade avançada em relação às fontes de seu desejo e por seu alto posto na sociedade, o religioso era admirado por admirar as inglesinhas. Era o único professor que tinha permissão para retirar as garotas da escola no lugar dos pais ou responsáveis. Várias vezes obteve a autorização da diretora para realizar jantares tête-à-tête com suas amigas. Os retratos que vinham a público mostravam toda a inocência de suas modelos em momentos de reflexão, harmonia ou felicidade. Em certas cenas, o erotismo só poderia ser visto através dos olhos doentes de Carroll.

Somente 11 anos depois de comprar sua máquina fotográfica, Charles resolveu fazer os primeiros nus infantis. Tinha 35 anos e não se enxergava como um pedófilo. Buscava um padrão estético ideal, que também cultivava em seus escritos. Era fascinado especialmente pelos pés das crianças. No livro *Lewis Carroll - uma biografia*, o autor Morton N. Cohen analisa as cartas e apontamentos do reverendo e tenta mostrar como os nus surgiram de uma consequência natural dos estudos fotográficos com crianças. "Em 21 de maio de 1867, registrou esse simples fato: 'A sra. Latham [uma vizinha de Oxford] trouxe Beatrice, e eu tirei uma foto das duas e várias de Beatrice sozinha, *sans habillement*'".

Ao contrário do que se diz, ele não procurava apenas famílias pobres, que nunca teriam acesso àquela dispendiosa tecnologia para perpetuar a infância de suas filhas. Muitas vezes, suas modelos surgiam de convites feitos a amigos e colegas de trabalho que conheciam o perfeccionismo das chapas de Carroll e, por isso, faziam questão de entregar seus tesouros para as longas sessões do reverendo. A pequena Alice Liddell, que serviu de inspiração para a personagem mais famosa do autor, era filha do reitor de Christ Church, Henry George Liddell, um dos amigos mais próximos do professor.

Levou algum tempo para que o hobby do reverendo passasse a ser alvo de comentários maldosos. Treze anos depois da primeira foto *sans habillement*, os nus das filhas da família Henderson aumentaram a corrente de boatos que já circulavam por Oxford. Até então, a maioria das mães que o reverendo procurava consentiam de bom grado que

suas filhas de seis e sete anos posassem totalmente despidas para as ávidas lentes de Carroll. As fofocas nasceram quando o escritor resolveu fotografar as filhas mais velhas, entre dez e 12 anos, em nu frontal. Paradoxalmente, o rígido padrão da sociedade vitoriana não permitia tamanho acinte.

Na primavera de 1880, Charles retomou as sessões com as duas pequenas Henderson. Em 22 de maio, "Annie e Frances... foram trazidas às 11:00... Tirei uma foto das duas como príncipes, e uma de Annie nua (em pé, vista de trás)". Na semana seguinte, as meninas foram levadas novamente ao estúdio do reverendo, que repetiu a dose tirando quatro fotografias. Desta vez, ele escreveu: "a maioria em seu estado preferido 'sem roupa nenhuma'". No dia 18 de junho de 1880, Charles fez uma segunda sessão de fotos de Annie e Frances. Os

boatos estavam a todo vapor. Carroll não os ignorava. Talvez por isso, um mês depois tirou sua última foto. Ele estava com 48 anos. Nunca mais fotografaria novamente. "Embora tenha tirado uma boa quantidade de nus, apenas quatro sobreviveram", escreveu seu biógrafo. Antes de morrer, Charles fez um pedido expresso para que seus herdeiros destruíssem negativos e cópias de seus estudos do nu infantil. O pai de Alice morreu em 14 de janeiro de 1898, 13 dias antes de completar 66 anos. Atormentado pela culpa, que o acompanhou durante toda a vida, o reverendo achava que a sociedade vitoriana nunca iria entender suas estranhas preferências. Se tivesse vivido mais um século, talvez tivesse mudado de idéia e feito carreira como fotógrafo de uma revista de moda.



Alice Liddell: paixão virou personagem

Mário Corso / Psicanalista, membro da Assoc. Psicanalítica de Porto Alegre

Melancolia Natalina

O Natal produz muitos efeitos, menos a indiferença. O Natal tem seus adeptos e seus desafetos. Em outras palavras, poderíamos dividir os humanos em natalfílicos e natalfóbicos, se me permitem os neologismos. Os demais, que possuem uma distância neutra e uma postura equilibrada frente ao espírito de Natal, são estatisticamente insignificantes.

Não precisa ser um clínico para constatar que não são poucos os que se deprimem a cada Natal. Como também é inegável o estado de excitação em que submerge a outra parte da população. Os dois têm algo em comum: o uso de poucas palavras ou então de discursos pouco convincentes para explicar seus respectivos estados de ânimo.

Os detratores do Natal, ou natalfóbicos, são os mais verborrágicos: fazem três críticas ao Natal: uma estética, uma ética e outra econômica. São os que apontam a perda de valores, o espetáculo de consumo em que o Natal teria se transformado e o desenraizamento de seu verdadeiro espírito.

Os adeptos, estes não falam muito, eles agem. Montam árvores, enchem a cidade de luzes e esperam ansiosos por Papai Noel, enquanto os detratores resmungam e se deprimem. Como os deprimidos são passivos, é difícil saber qual o seu número e ainda mais que boa parte tem vergonha em admitir, até para si, seu mal-estar com o Natal.

A crítica estética ao Natal é a mais verificável: classificam, talvez não sem razão, como um tempo em que estamos mais propensos ao kitsch. Então agüente-se papais-noéis, renas, pinheiros, presépios e luzinhas. Na verdade, o Natal como espetáculo é imperativo. Quem quer comemorar crava suas bandeiras sem cerimônia. Muito bem, mas o que é mesmo que hoje comemoramos no Natal?

Na verdade, esta data vem sendo comemorada muito antes do cristianismo. Se perde no tempo o momento a partir do qual passou a ser comemorado o solstício de inverno no hemisfério norte, na região que hoje é a Europa. Era próprio de culturas baseadas em povos agricultores a comemoração dos solstícios assim como outras datas que marcavam as passagens de estação. Precusores das luzinhas de hoje, grandes fogueiras eram acesas em lugares altos, imitando e lembrando o sol que deveria voltar com mais força. O cristianismo se apropriou desta data com três funções: reprimir os cultos pagãos, usar de seus ritos para reforçar o cristianismo nascente e dar uma data para o insabido dia do nascimento de Cristo.

Nada contra em comemorar a vinda de um salvador. Aliás, como nunca, estamos precisando de um, mas é preciso ser um cristão delirante para acreditar que o que move o Natal hoje é, no máximo, a comemoração da vinda de Cristo. O Natal começou como uma festa religiosa e hoje toma contornos de uma confluência de ritos e mitos difíceis de dissecar.

Talvez a história dê o troco. Comemorariíamos de volta uma festa pagã no ressurgimento de símbolos de antigas religiões e mitologias que o cristianismo reprimiu? Ou ainda, foi a mais nova religião, a religião do consumo, a dos adoradores de objetos, freqüentadores dos templos-shoppings que teriam adotado a mais importante festa religiosa para difundir seus ritos de consumo. Será?

O fato é que o consumo tem sido o ponto mais atacado do Natal. A troca de presentes é apontada como a expressão máxima da perversidade consumista. Qual a relação entre o nascimento de Cristo e a troca de presentes? Nenhuma, e por aí vem a crítica que nós somos os vendilhões do templo e teríamos transformado o Natal num shopping. O comércio vende as ilusões que nós queremos comprar. O mercado manipula na mesma medida em oferece os códigos que buscamos para pautar e organizar o império das imagens; o

Reprodução Norman Rockwell



mercado oferece a hierarquia que queremos para saber onde encaixar o que vemos e somos.

A verdade é que a troca de presentes é uma realidade humana há milhares de anos, muito antes que se possa ter sonhado com o capitalismo. O marxismo, um dos inspiradores dessa postura crítica, conseguiu perceber o fetichismo da mercadoria, mas nunca entendeu o caráter simbólico das trocas. Uma mercadoria pode ser comprada num sistema capitalista embora entre em um outro sistema no Natal. É claro que não é sem importância o valor de troca no mercado onde o objeto foi adquirido, mas esse mesmo valor fica alterado pelo gesto da dádiva. A crítica ao consumismo natalino não é errada. O uso de um apoio material como veículo dos afetos humanos é muito anterior a tudo isso. Podemos, sim, estar assistido a rituais de dádiva dentro do capitalismo.

Os presentes são objetos que portam em si o valor de dádiva de amor, principalmente quando as palavras são insuficientes. Se do amor às vezes vem a resposta para a dúvida sobre a consistência do próprio ser, por que não de um presente esperar uma das respostas sobre a consistência do amor? Vale menos um amor que precisa de presentes?

Quanto ao abandono do espírito do verdadeiro Natal, poderíamos dizer aos nostálgicos que cada época vive o seu Natal. Basta lembrar-lhes que o Natal já mudou tanto que não é possível dizer qual é o verdadeiro Natal. O Papai Noel, por exemplo, já não é o mesmo, mas será que o antigo era melhor? É bom lembrar que a popularização da imagem de um Papai Noel vermelho, gordo, de barba farta e branca se deve menos à tradição e mais a um publicitário que trabalhava para a Coca-Cola.

A nossa tradição descartou o ajudante mau do Papai Noel. Embora não possamos falar que exista uma versão original, pois num mito não se reivindica autenticidade, ele se movimentou de acordo com a eficácia necessária a cada época. Numa das origens do Papai Noel havia um ajudante malvado chamado Black Peter (Krampus ou Ruprecht em outras versões), que carregava um saco para poder levar as crianças mal-criadas. A brincadeira era assim: Black Peter (geralmente vestido como um diabo) in-

vestia contra as crianças para levá-las alegando que haviam se comportado mal. Em seguida, vinha Papai Noel para salvar as crianças, afastando o perigo e distribuindo doces. A face má do pai foi ficando no esquecimento, restando apertadas o saco, que hoje só traz presentes.

Enfim, é também uma festa para o pai. Afinal, quando todos tentam fazer crer a uma minoria, as crianças, que Papai Noel existe, a quem estamos tentando enganar? Basta olhar em qualquer direção e vamos encontrar um Papai Noel sentado, dependurado, acenando. É o momento cultural da nossa paterfania. Se o Dia dos Pais ficou para trás, agora comemoramos o dia do pai. E não há síntese melhor do pai moderno que o Papai Noel. Ele é reverenciado, mas de brincadeira. É rei, mas se veste como um bufão. Sustenta-se mais numa tradição do que numa suposta sapiência e, salvo crianças muito pequenas, ninguém acredita nele. Uma das maneiras de lidarmos com o pai e sua herança é o colocá-lo no lugar de bobo, mas nem sempre resolve. Aliás, quem pode dizer que está quites com o pai? Então, o Natal é também um momento de se encontrar com o olhar paterno e cada um sabe onde este calo lhe dói.

A festa de Natal convoca cada um para que assuma seu lugar na família. A ceia presente ou ausente, mais ou menos lauta ou festiva, termina sendo para todos uma espécie de teste. Durante o ano podemos variar e ensaiar posição frente à família, mas na festa de Natal o peso dos lugares está dado. Para

os namorados, em qual família passar, é um drama. Para os solteiros, ainda maior, pois é cobrado, ainda que ninguém lhes diga nada, a sua solidão. Sabemos todos que é o dia de mostrar as melhores intenções quanto à continuação da família.

Festas de fim de ano não são épocas fáceis para ninguém, mas constatamos que a maior parte das depressões natalinas vêm de desacertos quanto ao lugar na família. Os natalfóbicos clássicos são os de pais separados, solteiros contumazes ou de quem a opção sexual não faz formar família nos moldes convencionais. A cena natalina pede criancinhas e o compromisso do "cresci e multipliquei-vos".

Afora o constrangimento de ter que marcar um lugar na família, acredito que muitas das pessoas que não gostam do Natal são assim porque nunca se recuperaram do trauma de saber que Papai Noel não existe. Existem pessoas que levaram a sério a fé numa potência paterna superior e nunca se perdoaram esse engano. Ficam hoje numa posição contraditória, sofrem uma nostalgia da magia e da religião, embora não consigam acreditar mais em nada e resistem a um mundo laico sendo ateus. Ficam com um gosto amargo de não conseguir um lugar nessa festa que um dia foi sua. Não confessam o sofrimento de não ter um deus ou um pai que assegure um punhado de certezas.

A proximidade com o fim do ano complica a situação já delicada do Natal, por ser um período que fazemos o balanço de nossos anseios. Geralmente estamos sempre tão aquém do que desejamos para nós e a depressão é isso por essência. A depressão não advém dos golpes que o destino nos dá, mas da impossibilidade de crer nas nossas utopias. Quando as nossas melhores esperanças são abaladas, quando não conseguimos acreditar mais em nada, quando nossos sonhos minguam, a depressão mostra sua face.

O Natal e o fim de ano marcam um tempo de recriar as esperanças, a possibilidade de sonhar com as impossibilidades que não paramos de perseguir. Existe dádiva maior do que sonhar em recomeçar? Este é o melhor presente de Natal e o mais barato. É tempo de recomeçar. Para quem consegue acreditar, boa sorte, bom recomeço!



Cleimon E. A. Dias / Professor da Udesc, doutorando do PPGEDU/Ufrgs

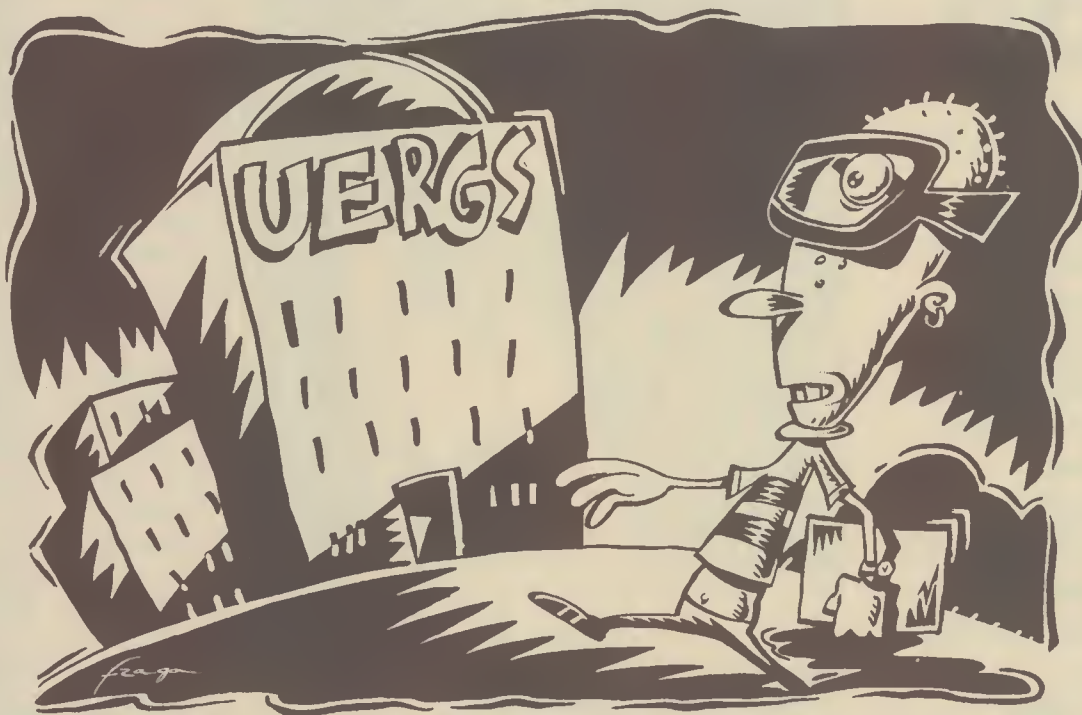
Bem-vinda a Uergs! Mas devagar com o andor

Há muito tempo a questão da Universidade do Estado tem sido debatida. Não é o caso de retomar o debate histórico mas, de qualquer forma, há anos este assunto palpita; e nos últimos dias retornou à cena, devido ao novo Governo e à polêmica em torno do projeto do Deputado Beto Albuquerque.

Um aspecto que tem servido de argumento favorável à criação da UERGS é o de o Rio Grande do Sul ser um dos poucos Estados brasileiros que não possui uma Universidade Estadual. Isto precisa ser relativizado uma vez que, por exemplo, São Paulo possui três universidades estaduais (USP, UNICAMP e UNESP), mas apenas duas (uma recém criada) federais, enquanto nosso Estado tem quatro federais e mais uma faculdade federal de Medicina isolada. Nem por isso se deve argumentar que já possuímos universidades públicas suficientes. O argumento contrário é a sempre alegada falta de verbas, que também deve ser relativizada, pois o investimento em educação, pesquisa e extensão de nível superior é de retorno certo, ainda que a longo prazo.

Também se discute sobre a questão da localização da futura universidade e se deve absorver algumas das universidades comunitárias já existentes ou não.

Falsos dilemas. O importante é que a UERGS, se criada, não pode ser apenas mais uma universidade. Não é suficiente liberar das mensalidades alguns milhares de estudantes. Isto sem dúvida é importante, mas não justifica a criação de uma nova instituição.



Crédito educativo, bolsas de estudo e investimentos para a ampliação de vagas poderiam ser mais eficientes para tanto. De outro lado, dizer que a Universidade do Estado atenderia a um público já atendido é uma simplificação.

O que temos é a oportunidade de criar uma NOVA Universidade. Uma Universidade capaz de ser crítica e autocrítica, que assuma um papel na transformação das bases sociais, participando ativamente dos grandes debates e propondo soluções para a inclusão da maioria da sociedade no processo de desenvolvimento. Neste sentido, deveria abrir espaço preponderante dentro das unidades para a inserção no ambiente social, através de projetos que articulem os currículos a projetos de extensão e de pesquisa. A prática acadêmica sairia das salas fechadas e o co-

nhecimento seria construído através da ação e reflexão permanentes. A realidade vivida seria o mote, por excelência, problematizador sobre o qual se teorizaria e se agiria na construção do novo social e epistemológico. Neste sentido, a participação dos acadêmicos deveria inscrever-se na transformação social sem a pretensão de estabelecer uma nova verdade única.

Precisamos de uma Universidade absolutamente comprometida com o desenvolvimento do Estado. Desenvolvimento entendido como diminuição das diferenças regionais, sociais, econômicas, com respeito às diferenças culturais; e que seja Nova também no sentido de ampliar a possibilidade de acesso; e na sua própria forma e razão de existir;

com organização e cultura institucional diferenciada. Ao mesmo tempo, deveria ter autonomia financeira e administrativa e respeito à liberdade de pensamento e à criatividade.

Uma Universidade desse tipo poderia começar em qualquer espaço, com verbas inicialmente reduzidas e, aos poucos, ir se estruturando onde e como se entenda que ela deva, absorvendo unidades já existentes, quando for possível e desejável, ou criando novos centros onde for necessário.

Este artigo não pretende esgotar o tema, mesmo porque esta construção não é tarefa de pessoas ou grupos isolados. São idéias que pretendem ajudar a construir o debate que deve se espalhar e aprofundar-se para realmente criar uma Nova Universidade para o povo deste Estado.

ORELHA



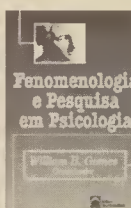
A historiografia rio-grandense
Ieda Gutfreind. Levantamento completo sobre a historiografia rio-grandense, o livro é destinado a especialistas. Constitui-se numa análise de como os historiadores contribuíram

para construir as imagens elogiosas da província e de alguns de seus homens e tipos. Ed. da Universidade, 21p



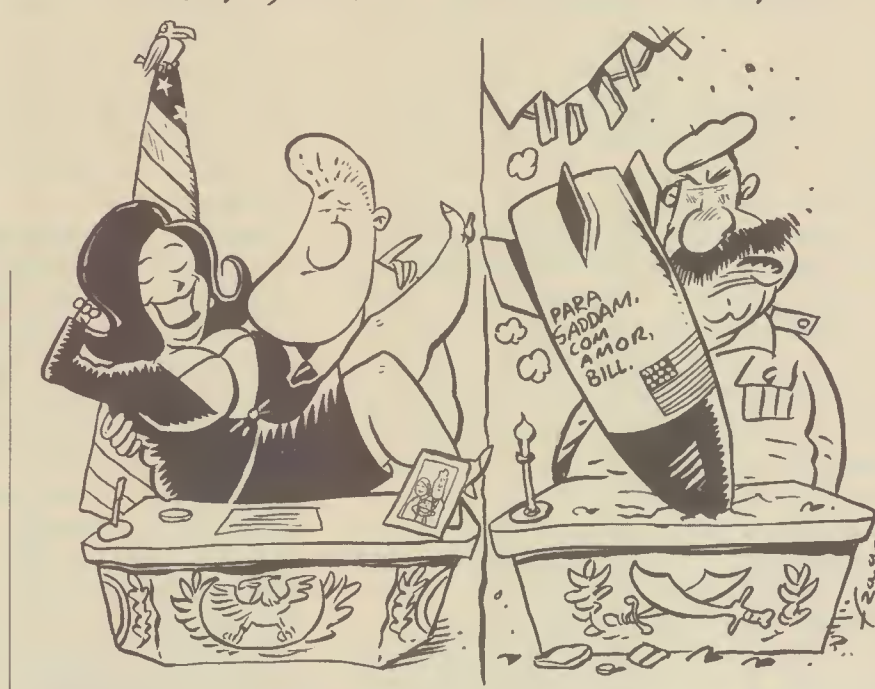
Ler e escrever - compromisso de todas as áreas
Lara Conceição Bitencourt Neves e outros (org.) Elaborado a partir da experiência do Núcleo de Integração Universidade/Escola, propõe uma discussão multidisciplinar sobre leitura e escrita. Ed. da Universidade, 211p

Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia
Willian B. Gomes (Org.) Reúne seis estudos qualitativos em psicologia e um extenso capítulo sobre o modelo de pesquisa utilizado. Ed. da Universidade, 211p



AD NAUSEAM

RELACIONES IMPRÓPRIAS...



HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

WWW

Educação no Brasil
www.inep.gov.br
Estatísticas sobre educação no país

Universidades
www.all.com.br/univ-cp.html
Links das principais universidades brasileiras

O vazio do Provão

Os resultados da terceira edição do Exame Nacional de Cursos – o "provão" – não obtiveram recepção muito calorosa nas universidades brasileiras. Mais do que aferir capacidades individuais dos estudantes, o exame obedece à lógica de um campeonato. Melhor desempenho no provão pode significar posição destacada no ranking das melhores instituições de ensino superior do país. Dentro das universidades, o exame do MEC não é visto como a forma mais adequada para avaliação dos alunos ou das instituições. Para discutir o assunto, ADVERSO reuniu-se com a reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, com o vice-reitor Nilton Paim e com a conselheira do CAVI (Conselho de Avaliação Institucional), Denise Leite.

ADverso – Com base nos resultados do Provão, o MEC elaborou um "ranking" em que a Ufrgs ocupa o décimo lugar entre as melhores universidades do país. O exame mostrou ainda que os alunos das universidades públicas obtiveram os melhores desempenhos quando comparados com os colegas das instituições particulares. Como a administração da Ufrgs interpreta esse fato?

Wrana Panizzi – Para nós não é surpresa. E isso se deve a um tipo de ensino que está vinculado à pesquisa e à extensão, como é feito nas universidades públicas. Isso forma um profissional diferenciado. Mesmo que se faça uma prova dirigida às pessoas que estão saindo das universidades, essas pessoas têm uma visão mais ampla, mais consistente, que lhes permite ver todas as possibilidades de respostas às perguntas de um exame como o Provão. Nós não temos medo da avaliações, e temos uma avaliação interna, institucional, que é o PAIUB. Fizemos um seminário interno na Ufrgs que, com os resultados do PAIUB, podemos pensar a universidade que desejamos. As demais avaliações que existem, como o Provão, são um referencial a mais que vêm a comprovar duas coisas. Primeiro, que não temos medo de qualquer tipo de avaliação; segundo, as avaliações têm demonstrado o papel que tem desempenhado a universidade pública.

Nilton Paim – É um referencial a mais, embora tenhamos restrições a esse tipo de avaliação quando se compara a uma avaliação institucional.

Adverso – Que restrições se colocam?

Paim – É uma prova colocada num determinado momento para os estudantes, não é um processo de



Fabírcia Osanai

Wrana: o provão não é a forma adequada de avaliar

desenvolvimento. Além disso, ela é voluntária. Os estudantes podem deixar de fazer a prova, o que vai trazer um resultado final discutível.

Wrana – Ela representa um momento, por isso nem sempre os estudantes obtêm bom resultado. Não é a resposta do aluno num determinado momento que vai dizer se ele está bem preparado para ingressar no mercado de trabalho. Nem sempre os profissionais mais bem sucedidos no mercado de trabalho são aqueles que obtiveram as melhores notas nas provas, mas certamente são aqueles que estão bem instrumentalizados. Será que o provão tem condições de medir a instrumentalização dos profissionais que saem de nossas universidades? E temos observado que alguns cursos não obtêm "A" porque os alunos se negam a responder. Afinal, eles não são obrigados, devem apenas comparecer às provas e podem entregar as folhas de resposta em branco.

Adverso – As melhores universidades, de acordo com a lista do MEC, são as que possuem fortes grupos de pesquisa. O desenvolvimento de pesquisa contribui para elevar o padrão do ensino superior?

Paim – Positivamente, e em todas as atividades da universidade. Aqui na Ufrgs, o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão estão desenvolvidos de forma integrada. Todo o conhecimento desenvolvido através da pesquisa é utilizado na graduação. São raros os casos em que a integração não é perfeita. Os projetos da universidade têm se destacado no país e hoje temos 412 grupos de pesquisa reconhecidos pelo CNPq.

Wrana – Há dez anos que a universidade tem salão de iniciação científica, servindo de modelo para outras instituições. No primeiro ano, havia 178 trabalhos apresentados. No último salão, tivemos 1705. Todo esse envolvimento dos alunos dá uma formação diferenciada e isso se revela nas mais diferentes formas, seja através do provão, seja pelas outras provas que o cidadão terá que prestar. Por que algumas empresas dizem claramente que preferem profissionais formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Pelo perfil que tem esse profissional! Isso revela o tipo de formação da instituição e é um indicador de avaliação. Nós temos a clareza de que não é só esta forma de avaliação, o provão, que vai dizer que uma universidade é boa ou ruim, melhor ou pior em

relação a outras universidades.

Adverso – O desempenho dos alunos pode ser associado diretamente à qualificação dos professores?

Denise Leite – O Provão é uma avaliação de rendimento individual para o aluno que está saindo da universidade. Ele não está num processo e não vai auxiliar no desenvolvimento para melhorar a qualidade do ensino. Isso envolve um processo especial de avaliação do coletivo, da instituição. Assim é que se descobre como avançar. Com o Provão não há retorno porque o aluno está saindo. O Exame Nacional de Cursos mobiliza a opinião pública, mas não sei se para o interior da universidade isso é bom.

Adverso – E por que o Provão ganha tanta repercussão na mídia em vez de outros tipos de avaliações feitos dentro das universidades?

Denise – Por que o PAIUB, por exemplo, é um processo lento, leva tempo para que amadureça. É uma avaliação que ocorre por dentro de uma aprendizagem social. Não se trata de avaliar apenas para avaliar. É avaliar para aprender. Estamos aprendendo sobre nós mesmos.

Wrana – Os resultados do PAIUB são a longo prazo, não aparecem de imediato. Já o Provão é conjuntural. A imprensa não repercute o PAIUB porque ele é um processo mais demorado.

Paim – Um ranking dá mais visibilidade...

Wrana – A sociedade quer as coisas de forma rápida, o lucro imediato, os resultados imediatos. Mas as mudanças não são feitas de uma hora para outra. Isso leva tempo.

Adverso – Para finalizar, como será a universidade pública no século 21?

Wrana – Tem que ser uma universidade que leve em consideração o mundo do trabalho, que pense os seus procedimentos. A sociedade exige um profissional diferenciado. Nosso processo interno de avaliação nos permite ver que tipo de profissional estamos formando, se estamos atendendo às demandas da sociedade e onde precisamos mudar. Isso nos faz pensar qual o tipo de pesquisa, tipo de ensino e de currículo que nós precisamos. Devemos formar um profissional competente mas que também seja um cidadão. É só olhar algumas pesquisas para verificar que esse será o perfil do profissional do futuro. Além disso, nós queremos melhorar a qualificação do corpo docente, fazer com que um maior número de professores sejam doutores. A universidade pública no próximo século deverá ser uma universidade que busque a sua eficiência e eficácia social para fazer jus ao compromisso social que ela tem com a sociedade.

Denise – Outro ponto, e isso nós constatamos no processo de avaliação, é a questão da ética. Uma avaliação individual não tem essa preocupação, porque se propõe apenas em obter uma performance individual. Nossa preocupação é refletir sobre isso e uma dos elementos que a Ufrgs terá no século 21 é esse compromisso, mais acentuado, em torno da questão ética, com a construção da sociedade como um todo.

Wrana – Eu li um resultado de pesquisa feita na USP que mostra que os estudantes têm essa preocupação com a questão ética e social. Foi perguntado aos universitários pesquisados quais eram os três principais problemas que eles identificavam na sociedade. Pela ordem, colocaram o medo da violência, a falta de ética e a ausência de valores sólidos. A pesquisa mostrou ainda que eles estão descrentes nas instituições, mas acreditam no trabalho coletivo, no associativismo. Os estudantes mostraram que a saída para nossos problemas será através das instituições voltadas para o ensino e a pesquisas. Portanto, os jovens acreditam na instituição universitária. Então, nós temos um importante papel na recuperação desses valores. A universidade do século 21 é a que irá informar e formar bem, para que os estudantes tenham acesso ao conhecimento e o utilizem de forma ética no mercado de trabalho. ✱